



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 21 de março de 2012

A CRÍTICA PROJETO DE RESOLUÇÃO	1
ECONOMIA	
A CRÍTICA POLÍTICA INDUSTRIAL	2
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO JUSTIFICATIVA.....	3
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Estado prepara plano de atividades pró-segmento	4
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Cinco mil demitidos em menos de 3 meses no PIM	5
DIÁRIO DO AMAZONAS Ausência de áreas emperra novos investimentos industriais no Estado	6
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo quer alíquota única de ICMS.....	7
ECONOMIA	
MASKATE CAPA	8
MASKATE Burracos incentivados da Avenida Buriti	9
DIRETO DA FONTE	
MASKATE Burracos incentivados da Avenida Buriti (continuação)	10
DIRETO DA FONTE	
MASKATE Burracos incentivados da Avenida Buriti (continuação)	11
DIRETO DA FONTE	

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Alíquota unificada do ICMS

Essa passou a ser uma prioridade do Governo no combate à invasão de produtos importados no mercado brasileiro

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse ontem que o Governo Federal considera "urgente" a aprovação do projeto de resolução que unifica a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos importados nas transações interestaduais. "Quando se dá incentivo para produto que vem de fora, tira a produção e o emprego do Brasil" disse Nelson Barbosa.

Nelson Barbosa rebateu argumento dos governadores do Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina, Estados que concedem incentivos à importação de produtos via redução do ICMS, de que essas medidas são necessárias para garantir a sobrevivência da atividade industrial nesses Estados.

Regra atual

Pela legislação atual, nas transações interestaduais o ICMS recolhido é repartido entre o Estado de origem da mercadoria ou serviço e o de destino. Essa regra também vale para os produtos importados. Nesse caso, o Estado de origem é aquele por onde o bem entrou no país.

De acordo com Barbosa, os incentivos aos importados prejudicam a indústria nacional em todo o País na medida em que tornam ainda mais agressiva a competição sofrida pelas empresas nacionais em um momento de crise econômica nos



Nelson Barbosa diz que regra atual do ICMS para importação prejudica País

países desenvolvidos.

"Esses incentivos estão causando mais prejuízos para toda a economia brasileira do que benefícios para alguns Estados", disse Barbosa, que participou de audiência pública conjunta das comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Assuntos Econômicos (CAE) do Senado que debateu o projeto de resolução que prevê o estabelecimento de uma alíquota única do ICMS.

"Quando se dá incentivo para produto que vem de fora, tira a produção e o emprego do Brasil", completou ele. Barbosa apontou que a aprovação do projeto é "um primeiro passo" dentro de uma série de medidas com o objetivo de impedir o que o governo considera ser um processo visível de desindustrialização do País.

Segundo Barbosa, o governo está fazendo esforços em outras frentes para dar mais competitividade à indústria - ele citou, por exemplo, a determinação da presidente Dilma Rousseff de aumentar os investimentos em infraestrutura no País e as medidas adotadas para evitar a valorização do real diante do dólar.

O secretário-executivo comparou os incentivos fiscais para importação de bens e serviços concedidos pelos estados à uma "desvalorização cambial." De acordo com ele, com o benefício, incide sobre os produtos importados alíquota média de 9% de ICMS nas transações interestaduais, enquanto sobre um produto fabricado no Brasil essa alíquota chega a ser de 18% (12% no estado de origem mais 6% no de destino).

POLÍTICA INDUSTRIAL

Acre está bem perto de instalar sua ZPE

Estado receberá permissão para criar uma zona de “alfandegamento”

BRASÍLIA (AE) – A Receita Federal deve autorizar, até o fim do mês, o Estado do Acre a tirar do papel a primeira área livre de impostos para empresas exportadoras. A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) vai facilitar o embarque de produtos industrializados a mercados como os da Ásia, via Oceano Pacífico. A permissão será dada na forma de uma portaria do Fisco, reconhecendo o local como uma espécie de posto avançado da Receita.

Este “alfandegamento” é o primeiro passo para a instalação de empresas no local, segundo Gustavo Saboia, secretário

executivo do Conselho Nacional as ZPEs. Significa, por exemplo, que as indústrias poderão desembaraçar insumos importados na ZPE, além de deixar as mercadorias prontas para embarque no mesmo local, reduzindo custos aduaneiros e burocracia de outros órgãos.

O governo do Acre recebeu planos de negócios de 12 empresas de beneficiamento de madeira certificada e cartas de intenção de mais 30 indústrias querendo se valer dos benefícios da ZPE. Em um primeiro momento, serão criados cerca de 2,5 mil empregos diretos, segundo Ed-



Gustavo Saboia, do Conselho das ZPEs

valdo Soares de Magalhães, secretário de Indústria, Comércio, Serviços e Tecnologia do Acre.

“Estamos a 1,7 mil quilômetros dos principais portos do Peru, somos o endereço mais próximo do Pacífico”, disse o secretário, que espera receber investimentos de R\$ 100 milhões até o fim do ano.

O governo do Acre investiu cerca de R\$ 25 milhões, segundo o secretário. Ele espera que o “alfandegamento” atraia o interesse de outros investidores. “A indústria de base florestal é a nossa praia, mas queremos atrair todas as atividades com perfil exportador”, afirmou Magalhães.

Previsto na legislação desde 1988, o modelo de ZPE nunca funcionou no Brasil, embora o governo tenha autorizado a criação de 23 unidades, como a de Teófilo Otoni (MG), que não saíram do papel. Na prática, são locais onde empresas têm isenção de ICMS e impostos federais e, em contrapartida, precisam exportar 80% da produção.

JUSTIFICATIVA

Suframa quer recuperar ruas do distrito

Em nota emitida ontem (20), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) informou que resolveu, em parte a questão da recuperação das vias do distrito industrial (DI), que terão a colaboração do Estado e do município.

Segundo o esclarecimento da superintendência, a direção buscou estabelecer diálogo com representantes do poder público estadual e municipal para construir uma solução efetiva para o problema. "O elevado espírito público do governador Omar Aziz possibilitou agilizar a solução. Vencida esta etapa - da recuperação imediata - podemos nos deter com mais cautela nas discussões jurídicas de manutenção e revitalização de uma área da cidade crítica para desenvolvimento de nossa economia". A respeito da infraestrutura do distrito industrial, a Suframa informou que o problema tem sido tratado de forma prioritária pela direção, que está ciente dos "danos e inconvenientes causados a pessoas e empresas pelas más condições de trafegabilidade naquela área da cidade, vital ao PIM".

A Suframa afirma que, após dotar os lotes de infraestrutura e proceder o registro, "passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros espaços urbanos" (cf. Compromisso de Ajuste de Conduta 001/2008).

Estado prepara plano de atividades pró-segmento

Na tentativa a assegurar a competitividade no setor componentista no Polo Industrial de Manaus (PIM), representantes do governo, por iniciativa da Secretaria de Estado de Planejamento Econômico (Seplan), vão criar um plano de ação a favor do segmento.

Segundo o titular da Seplan, Airtton Claudino, a ideia é criar uma agenda comum para a formatação de um plano de ação que possa ser compartilhado com os demais órgãos envolvidos com o setor — Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) — e, a partir daí, definir um cronograma de atividades para identificar as reivindicações do empresariado que possam ser atendidas.

Conforme a Seplan, o pon-

tapé inicial já foi dado para a elaboração do plano com a visita em fabricantes de componentes instaladas no PIM. De acordo com a secretaria, pressionados pela concorrência considerada predatória dos importados asiáticos, além do impacto da variação cambial que estimula a importação do similar concorrente, as componentistas sugeriram uma nova política de estímulo para a aquisição de partes e peças pelas montadoras do mercado local.

O pedido do empresariado foi apenas umas das reivindicações apresentadas ontem à Seplan, que anunciou que um diagnóstico do polo componentista vem sendo traçado pelo fabricantes locais na série de visitas realizada pela equipe da Seplan ao parque fabril.

Cinco mil demitidos em menos de 3 meses no PIM

As demissões deste início de ano superam as registradas no mesmo período de 2011 e estão acima da média

O Polo Industrial de Manaus (PIM) registrou mais de 5.000 demissões de trabalhadores efetivos desde janeiro deste ano, aponta o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas.

Puxam a lista dos desligamentos indústrias que produzem condicionadores de ar split, que cortaram 774 vagas, e motocicletas, que fecharam 550 postos de trabalho.

O sindicato, a Eletros (associação de fabricantes de eletroeletrônicos) e a Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) relacio-

nam as demissões ao avanço das importações chinesas, que chegam pelos portos de Santa Catarina, Pernambuco e Espírito Santo. As fábricas de condicionadores de ar que demitiram foram LG Electronics, Whirlpool (Brastemp e Consul), Electrolux, Climazon (Midea Carrier), Elgin e Gree. No setor de motos, houve demissões na Honda e na Kasinski.

As 5.256 demissões deste início de ano superam os 3.143 desligamentos registrados no mesmo período de 2011 e estão acima da média sazonal, diz o sindicato.

As empresas da zona fran-

ca empregavam 112,2 mil pessoas em janeiro. As fábricas de condicionadores de ar empregam, em média, 12 mil trabalhadores. O ramo de motocicletas, 30 mil.

Para o presidente da Fieam, Antônio Silva, importações da China reduzem a competitividade do PIM e afetam exportações. Os fabricantes criticam a concessão de incentivos fiscais por Estados importadores. O presidente da Eletros, Lourival Kiçula, defendeu a elevação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) como forma de proteção da indústria nacional.

Ausência de áreas emperra novos investimentos industriais no Estado

TEXTO Luis Motta
FOTO Nathalle Brasil

MANAUS

A falta de terrenos está emperrando a instalação de 115 empresas dos segmentos de Eletroeletrônico, Prestação de Serviços, Termoplástico, Metalúrgico, Mecânico, Duas Rodas e Gráfico no Polo Industrial de Manaus (PIM), de acordo com dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A falta de locais disponíveis para venda no Distrito I faz com que os empresários busquem aluguéis de galpões no próprio Distrito ou em áreas nas Avenidas Torquato Tapajós e Turismo.

Segundo o vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM), Francisco Mourão Junior, o preço do aluguel do metro quadrado varia de R\$ 15 a R\$ 20 em Manaus. "Esse preço em um terreno de dez mil metros para uma empresa de pequeno porte que está começando é muito alto. É um dos aluguéis mais caros do País", afirma. Segundo ele, o aluguel de um galpão em São Paulo com as mesmas proporções é de no máximo R\$ 16.

A 'alternativa' acaba sendo 15 vezes maior que a compra de um terreno no Distrito, já que a legislação prevê que a venda desses locais, intermediada pela Suframa, é de R\$ 1 o metro quadrado.

Se o empresário decidir comprar um terreno fora do Distrito, o valor pago pode chegar a R\$ 300 o metro quadrado, conforme disse o consultor Rodemarck Castelo Branco.

O superintendente adjunto de Projetos da Suframa, Gustavo Igrejas, explica que fora dos Distritos Industriais as regras são de mercado. Ele disse, ainda, que dentro das áreas do Distrito, caso seja uma área livre, a empresa pode solicitar a mesma da Suframa, sendo concedido preliminarmente um Termo de Reserva de Área. O superintendente reforça que, após os trâmites le-

MERCADO
Em função da demanda, o valor do metro quadrado para indústrias é de até R\$ 20.



A instalação de indústrias em galpões tem sido a alternativa encontrada por investidores que não encontram terrenos apropriados para instalar os empreendimentos

OS NÚMEROS

114

empresas aguardam, atualmente, pela liberação de terrenos junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus, onde as áreas custam R\$ 1 o metro quadrado.

50

Em 2010, esse era o volume de empresas que aguardavam pela liberação de terrenos incentivados pela Suframa, a fim de expandir os negócios no PIM.

gais e a aprovação dos projetos de engenharia, arquitetura e projeto técnico-econômico no Conselho de Administração da Suframa (CAS), a área é vendida a R\$ 1 o metro quadrado.

Na opinião do consultor José Laredo, o problema da falta de terrenos disponíveis para as empresas se instalarem em Manaus já é antigo. Laredo explica que só há espaços disponíveis para compra no Distrito II. "Lá (Distrito II) caímos no problema do terreno que não é plano. Aí a empresa tem que arcar com o serviço de terraplanagem consistente", afirma. Ele e outros

consultores reforçaram que a área do Distrito II tem terrenos com desnível acentuado e esse alto custo da terraplanagem que faz com que as empresas recorram à locação de galpões.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, afirma que os empresários não tem interagido com a Suframa na busca por esses terrenos. "Entendemos que não cabe apenas à Suframa disponibilizar esses locais. É também um interesse do Estado e do Município que também se beneficiam com o faturamento do PIM", afirma.

SEGMENTO EM ALTA

Condomínios industriais surgem como opção

A dificuldade dos investidores para identificar áreas apropriadas para a instalação de novas indústrias no Polo Industrial de Manaus foi destacada no início do mês pelo superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, como uma questão "crítica".

"Existem fábricas que estão utilizando de soluções de engenharia, verticalizando plantas, como isso não é relevante para todas as empresas, temos que buscar outras soluções", disse Nogueira.

Ao identificar essa demanda, a Hines, empresa paulista voltada a investimentos imobiliários, decidiu expandir seus negócios no Estado e nos próximos meses estará finalizando a segunda etapa do Distribution Park Manaus, localizado na área do Tarumã. O espaço reúne galpões em uma área

de 68,8 mil metros quadrados e poderá atender até seis empresas. O custo do metro quadrado no local é de R\$ 20. Empresas do setor de Logística e de Eletroeletrônico já estão com as negociações avançadas.

Na primeira etapa do Distribution Park Manaus, que compreende uma área de 106 mil metros quadrados na Avenida Torquato Tapajós, cinco fábricas já estão instaladas. O contrato mínimo de permanência dessas indústrias nos locais é de cinco anos.

"Para esse nosso novo espaço sem que nós tivéssemos feito propaganda, a procura é 155% maior do que a nossa real capacidade. A região tem despertado o interesse dos investidores por ser uma opção viável economicamente", destacou o diretor da Hines, Jeremy Smith.

Governo quer alíquota única de ICMS

▼ Incentivos fiscais concedidos por alguns Estados barateiam os produtos importados no País

TEXTO Agência Brasil

BRASÍLIA

A concessão de incentivos fiscais para mercadorias importadas por meio de determinados portos prejudica a indústria nacional e tira empregos do País, disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. Em audiência pública no Senado, ele defendeu que a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Ser-

viços (ICMS) interestadual cobrada sobre produtos importados seja gradualmente reduzida e unificada para preservar a competitividade dos produtos nacionais.

O secretário defende a aprovação da Resolução 72 pelo Congresso, segundo reportagem do jornal O Estado de S.Paulo. A resolução pretende acabar com a 'guerra dos portos' ao tratar da unificação da alíquota do ICMS nas operações interestaduais de bens e produtos importados.

Na maior parte dos casos, os incentivos fiscais concedidos na 'guerra dos portos' tornam os produtos importados 9% mais baratos do que os nacionais, segundo Barbosa. É como se, em vez de pagar uma taxa de câmbio de R\$ 1,80, eles ingressassem com uma taxa de R\$ 1,64.

Por esse motivo, o secretário defende a unificação da alíquota interestadual de ICMS para 4% sobre importações em todos os Estados.

OS NÚMEROS

1,2 bilhão

▼ de reais a menos é quanto o governador de Goiás, Marconi Perillo, disse que o Estado vai perder com a aprovação da resolução 72 no Congresso.

O 'mecanismo' do ICMS

O ICMS interestadual incide quando uma mercadoria é produzida (ou importada) por determinado Estado e vendida a outro. O Estado de origem recebe a alíquota interestadual e o Estado de destino – onde a mercadoria é consumida – fica com a diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota final. Dessa forma, se a alíquota final no destino é 18%, o Estado produtor cobra os 12% de ICMS interestadual, e o Estado consumidor fica com 6%.

Manaus, quarta-feira, 21 de março de 2012.

CAPA

Buracos da Suframa

Thomaz Nogueira

se descabelava com falta de recursos



Pag.3

✓ População vai às ruas pedir providências

Buracos incentivados da Avenida Buriti

O mundo inteiro já sabe, incluindo os investidores, que o Polo Industrial de Manaus, fincado no coração da maior floresta tropical do planeta, é a maior concentração urbana, na superfície terrestre, de buracos por metro quadrado. Quem vai querer investir num modelo industrial que compromete terrivelmente o controle de qualidade de uma indústria depois que a mercadoria deixa a fábrica em direção aos contêineres de distribuição logística? Pois é. O topete do superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, que teima em lhe povoar a testa antes que a calvície tome conta, começa a dar sinais de cansaço e desistência, os mesmos sentimentos que a buraqueira em torno das indústrias lhe provoca. Uma buraqueira que foi utilizada pelos adversários de Flávia Grosso pra lhe jogar no buraco da futrica.

✓ *Maior concentração de vala por metro quadrado*



Buracos incentivados da Avenida Buriti (continuação)

Calvário permanente

Em plena Quaresma de purificação, os buracos das ruas que cortam o Distrito Industrial se transformaram em subido do Calvário, um sofrimento permanente sem perspectivas de ressurreição. Verbas retidas pela compulsão tributária do governo federal levam o superintendente à beira de um ataque de nervos. E, por enquanto, apenas promessas de liberação, daqui pra frente, animam as expectati-

vas de intervenção. É importante resgatar as tentativas desesperadas da gestão anterior que, pra não perder recursos, invocou a colaboração do Centro das Indústrias para contratar em regime de urgência serviços de recuperação viária. Os fisiologistas de plantão, PT à frente, trataram de fazer da medida extrema mecanismo de intriga e injúria pra arrematar a cadeira da autarquia. Uma verdadeira baixaria.



Redes sociais

Com o uso da comunicação instantânea, a buraqueira do distrito ganhou eco e repercussão nas redes sociais. As perversas condições das ruas e avenidas do Distrito Industrial descabelaram de vez as preocupações de Thomaz Nogueira. O assunto mais comentado no FB da Suframa é a buraqueira. Em média, são cinco reclamações ao dia e muitos compartilhamentos. Fazer o quê se a autarquia não tem recursos nem autonomia financeira para resolver a contravenção pública. Os seguidores da onda reclamatória, ironizando a propaganda da Suframa que fala de indústria verde com preservação de 98% da cobertura vegetal, ironizam a campanha dizendo que a entidade está "Preservando buracos". Comunitários e trabalhadores do Distrito vão às ruas fazer estardalhaço no próximo sábado.

Burracos incentivados da Avenida Buriti (continuação)

Buraco da maldade

No início do mês, os moradores do Residencial Eliza Miranda, no Distrito Industrial, fizeram uma manifestação para protestar contra a grande quantidade de buracos na Av. Buriti, principal via da região. Eles pintaram todos os grandes buracos da avenida com tinta branca e com frases cobrando a Superintendência da Zona Franca de Manaus, respon-

sável pela manutenção da avenida. O protesto causou um grande congestionamento no local, mas muitos motoristas, quando passavam pelos manifestantes, aplaudiam e diziam que eles estavam certos em cobrar melhorias no local. Uma viatura da Polícia Militar foi ao local para tentar melhorar o trânsito e dispersar a manifestação.

Inaceitável descaso



De acordo com um dos moradores, a manifestação foi a última alternativa encontrada pelos comunitários e transeuntes para pedir melhorias na avenida. Eles já tentaram fazer contato com todos os órgãos, prefeitura, estado e Suframa, e não obtiveram resposta. Já foram a todos os órgãos de imprensa e estão convencidos que não vão fazer nada. Um inaceitável descaso.

São mais de R\$ 1 bilhão de reais retidos pela União das taxas que as empresas repassam à Suframa por seus serviços de gestão, apoio e monitoramento do modelo. Grana destinada a cobrir rombos e prioridades da gestão federal e recurso mais do que suficiente para cobrir o prejuízo dos buracos urbanos e de infraestrutura energética, de comunicação e transporte.